

Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro:

uma crítica feminista à geografia eurocêntrica

Joseli Maria Silva



Por que a geografia brasileira é pouco permeável à abordagem de gênero? Desde a década de 70 há uma produção científica que questiona a ausência das mulheres na ciência geográfica, e ela se aprofundou nos anos 80 e 90, com a incorporação da interseção de categorias sociais como classe, gênero, raça e sexualidades. O desenvolvimento da crítica epistemológica ao monotopismo da produção geográfica moderna – objetiva, neutra e universal –, que suplantava e invisibilizava vários sujeitos(as) não identificados(as) com o homem, branco, heterossexual, ocidental e cristão, foi e ainda é uma das maiores contribuições da corrente chamada “geografias feministas”.

Foi sob os protestos contra privilégios epistêmicos de gênero e raça realizados por mulheres, negras(os) e homossexuais que se deflagrou definitivamente a crise da ciência moderna, bem como uma reflexão em torno de suas consequências históricas e éticas para o mundo colonizado, como afirma Mignolo (2004). O saber científico é uma criação humana, marcado por um espaço/tempo, a Europa do período moderno, que promoveu a acumulação da riqueza material e uma

forma particular de concepção do mundo que se tornou universal e hegemônica, anulando a emergência de saberes plurais e de sujeitos que não se enquadraram no protagonismo do conhecimento eurocentrado e masculino.

Trazer para o debate científico as perspectivas geopolíticas e feministas da produção científica gera ainda alguns mal-entendidos, que precisam ser esclarecidos para evitar polêmicas infrutíferas. A interpretação da palavra “feminismo” ou “feminista” tem sido associada a referências exclusivamente femininas, e em oposição ao masculino. Além disso, a palavra “feminismo” é alvo de estigmas por parte da sociedade, como argumenta Sorj (2005).

A autora questiona o fato de que a sociedade aprova conquistas do movimento feminista, como o direito ao voto feminino, o direito à educação, e assim por diante, mas, ao mesmo tempo, alimenta uma repugnância a ele. Segundo Sorj, a resistência social à identidade com o movimento feminista está relacionada com a criação de representações sociais hegemônicas de grupos que não suportam a ideia do avanço das conquistas femininas. Em geral, as feministas são associadas a comportamentos agressivos, radicais ou, ainda, a desajustes afetivos e sexuais. Sorj constrói um interessante argumento sobre a persistência do preconceito em torno do feminismo, afirmando que esse fato

[...] é ainda mais surpreendente quando adotamos uma visada histórica sobre os movimentos políticos e sociais do extremado século XX e nos damos conta de que o feminismo foi, de longe, o movimento político mais bem sucedido do século. Diferentemente dos demais movimentos políticos como o fascismo, o nacionalismo e o comunismo, o feminismo promoveu uma formidável mudança de comportamentos orientada para a promoção de mais liberdade e igualdade entre os sexos, sem aspirar à tomada do poder, sem utilizar a força e sem derramar uma gota de sangue. As mudanças ocorreram no campo do convencimento e da persuasão, pela condução de campanhas e manifestações, pela divulgação de idéias na mídia e pela mudança das leis. O feminismo, além do mais, constituiu-se como movimento plural, sem dono nem estruturas de controle centralizadas, sem excomungados, renegados ou dissidentes. (SORJ, 2005, p. 1).

E continua ela, dizendo que, enquanto a história ainda lembra as qualidades e feitos de líderes de movimentos sociais e revolucionários, “as feministas são, no melhor dos casos, tratadas de forma jocosa, como um bando de mulheres desaforadas. Está na hora de revermos essa narrativa profundamente inconsistente na qual não gostamos das santas, mas apreciamos o milagre [...]” (SORJ, 2005, p. 1).

Assim, é de fundamental importância saber que o movimento social feminista entrou também nas academias, onde acabou sendo batizado como “epistemologias feministas”. Esta denominação se deve ao seu nascimento como um movimento científico político de mulheres cientistas que acabaram por produzir novas formas de conceber a ciência como um conhecimento posicionado e situacional, e, portanto, embebido em relações de poder. Essas novas concepções, no entanto, não podem ser compreendidas como práticas científicas próprias de mulheres, mas como uma forma de fazer científico também adotado por homens inconformados com a falácia das verdades universais e da naturalização das hegemonias de determinadas versões de saber.

A adoção da perspectiva geopolítica na análise da produção do conhecimento e das ideias hegemônicas implica a criação de um saber que supere a visão eurocêntrica inerente à concepção da ciência moderna, compreendida como neutra, objetiva e universal. A denominação “saber eurocêntrico” tem gerado polêmicas, pois, muitas vezes, as críticas a esta concepção de saber são interpretadas como dirigidas a pesquisadores de origem européia, como se a nacionalidade da pessoa que pratica o conhecimento determinasse o perfil de suas pesquisas. Esta compreensão equivocada deve ser definitivamente superada, para que se possa construir um debate epistemológico qualificado. O chamado saber eurocêntrico é uma referência espacial a um tipo de conhecimento que teve sua origem na Europa e que acabou sendo difundido no mundo como um modelo ideal de saber e como um único modelo social a ser seguido de forma linear pelos demais povos do mundo. E este tipo ideal que tem como referência a Europa instituiu as hierarquias que organizam as dualidades, opondo o bem e o mal, o homem e a mulher, o superior e o inferior, a razão e a emoção, a sociedade e a natureza, e assim por diante.

Assim, é preciso dizer que a adoção das perspectivas geopolíticas e feministas do conhecimento não deve levar a uma associação direta entre nacionalidades ou à percepção imediata de corpos que praticam o conhecimento. Por exemplo, uma mulher pode defender e enquadrar-se perfeitamente no modo de produzir o conhecimento moderno, pautado pelo saber masculino. Assim como uma pessoa negra pode posicionar-se defendendo pressupostos brancos, ou ainda, povos latinos ou africanos podem agir de acordo com o ideário europeu. Da mesma forma, podemos encontrar homens praticando a epistemologia feminista e pessoas que nasceram na Europa incorporando um discurso descolonizador do conhecimento. O importante é marcar a ideia de que o que está em jogo são as formas de projetar a vida, a ética e a política, e que, por-

tanto, não há uma linearidade natural entre o ser que age na produção do saber e as características representacionais a ele atribuídas.

Neste sentido, a pergunta que norteia o presente texto sobre a impermeabilidade da perspectiva de gênero na geografia brasileira identifica-se claramente com as interpretações feministas e geopolíticas da produção científica. Compreender ausências, silêncios e invisibilidades do discurso científico é reconhecer que tais características não são fruto de acasos, mas de uma determinada forma de conceber e de fazer a geografia. Assim, tal qual alerta Foucault (1988), é necessário evidenciar nas produções discursivas os princípios que organizam o par relacional “poderes e silêncios” inerentes ao campo científico.

Contudo, a pergunta que norteia este ensaio gera uma contradição de complexa superação. Como trabalhar empiricamente com aquilo que é ausente, silenciado ou invisível? Boaventura de Sousa Santos (2004), ao propor a construção da “sociologia das ausências”, argumenta que adotar uma perspectiva de investigação para demonstrar o que não existe necessita focar naquilo que é

[...] activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar ausências em presenças. (p. 786).

Para dar uma resposta à pergunta, foram adotados dois eixos fundamentais de procedimentos metodológicos. O primeiro explorou as estruturas de poder e de divisão sexual do trabalho docente no ensino superior na área de geografia e o segundo esteve centrado na análise das concepções epistemológicas da ciência geográfica brasileira. Os dados sobre a estrutura docente e sua qualificação foram levantados a partir do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e a configuração das chefias departamentais foi obtida por meio de pesquisa direta nas universidades selecionadas como amostra.¹ O segundo eixo de investigação teve como fonte de dados os Planos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Geografia das universidades brasileiras que criaram os cinco primeiros programas

1 O universo amostral engloba 27 universidades, com uma universidade de cada uma das unidades federativas do Brasil, privilegiando-se as universidades de responsabilidade federal, por serem as mais importantes, com exceção da USP, que é de responsabilidade do governo estadual.

de pós-graduação *stricto sensu* no país. A escolha da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Rio Claro), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal do Sergipe (UFSE) se justifica pelo seu pioneirismo na produção de pesquisa científica. Este fato acabou por torná-las importantes modelos acadêmicos, seguidos por outras universidades, e, além disso, elas constituem a origem da qualificação de grande parte do corpo docente superior que atua na rede de universidades brasileiras. A representação feminina na produção científica geográfica, tanto em termos de autoria de artigos científicos como nos temas de investigação científica, foi analisada a partir da escolha dos nove periódicos científicos mantidos por profissionais da área de geografia² que obtiveram os melhores indicadores segundo a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). Foram analisados os periódicos científicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território*, *Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'ega* e *Revista Brasileira de Geografia (RGB)*, cobrindo um total de 1704 artigos publicados entre os anos de 1939 e 2008.³

O texto está estruturado em três partes. A primeira aborda a feminização da geografia brasileira, que, apesar disso, permanece impermeável à abordagem de gênero. Na segunda parte são explorados os aspectos organizacionais e estruturais interdependentes que viabilizam a ausência detectada, para tornar inteligível a sua lógica epistêmica e reconhecer os mecanismos que operacionalizam o perfil hegemônico da ciência geográfica no Brasil. Finalmente, na terceira parte é proposta uma abordagem de gênero na geografia brasileira, com base na perspectiva teórica e metodológica adotada pelo Grupo de Estudos Territoriais.

2 O ano base de levantamento no *web* qualis CAPES foi 2008.

3 O recorte temporal, de 1939 em diante, explica-se pelo fato de que a revista mais antiga em circulação, a *Revista Brasileira de Geografia*, foi fundada nesse ano. É importante lembrar que as revistas analisadas apresentam diferentes períodos de existência, razão pela qual se optou por cobrir a totalidade dos artigos, sem trabalhar com técnicas amostrais.

Entre a crescente feminização da geografia brasileira e a permanência da invisibilidade das relações de gênero na organização acadêmica

O alcance da centralidade da perspectiva de gênero nas ciências sociais no Brasil e a contraditória impermeabilidade da ciência geográfica a ela configuram uma situação, no mínimo, curiosa, considerando que a geografia é uma ciência da sociedade. Qualquer ciência que tenha como foco de análise as relações humanas deve ter em conta que a humanidade não é uniforme e que a diferença entre homens e mulheres é uma das principais categorias de análise. Além disso, as relações de gênero permeiam todas as sociedades, apesar das diferenças espaciais e temporais.

A extraordinária importância dos movimentos de mulheres ao longo de décadas e a força do feminismo latino-americano, que é considerado um dos maiores do mundo, já que combina reflexões teóricas e um ativismo político marcado pelo compromisso com a melhoria da sociedade por meio de relações de gênero, passam despercebidas pela geografia brasileira.

O avanço dos estudos de gênero em organismos como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) é, sem dúvida, um exemplo das potencialidades das análises de gênero para erradicar as desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres e potencializar o desenvolvimento dos países.

Existem alguns temas que, em que pese a sua inequívoca importância, a geografia brasileira tem ignorado, tais como a feminização da pobreza, o aumento da proporção de mulheres chefes de família, as migrações femininas no mundo, as economias nacionais baseadas em remessas de capitais e o modo como esses elementos redesenham as relações entre os sexos nos locais de origem, a participação das mulheres nos movimentos camponeses (como no Movimento dos Sem-Terra) e, acima de tudo, os efeitos desiguais que a globalização está produzindo em mulheres e homens.

Enfim, apesar da crescente importância do papel feminino nos fatos sociais, a geografia brasileira continua negligenciando a perspectiva de gênero como potencialidade de construção da inteligibilidade da realidade social. Contudo, isso não quer dizer que o campo científico, como um todo, não tenha se modificado, incorporando cada vez mais o trabalho feminino.

A crescente feminização da geografia brasileira

Com relação à atuação feminina no meio acadêmico brasileiro, as estatísticas apresentadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) são admiráveis se considerarmos que as mulheres foram incorporadas ao processo de escolarização apenas recentemente e que elas conquistaram o direito ao voto apenas em 1932. Das 20.586 bolsas de iniciação científica concedidas pelo Governo Federal em 2007, 56% foram destinadas a estudantes do sexo feminino. Neste mesmo ano, as mulheres conquistaram 52% do total de 8.218 bolsas de mestrado e 50% das 7.690 bolsas de doutorado. E na categoria de bolsas de pós-doutorado, as mulheres conquistaram 52%, chegando, assim, a superar os homens. Contudo, tamanho desempenho não se reflete nas chamadas bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ). Apenas 34% das bolsas PQ foram concedidas às mulheres e, se forem considerados os níveis de estratificação desta categoria, tomando como base o mais alto nível (1A), o percentual cai para 23%, evidenciando que ainda existem barreiras a serem vencidas nas oportunidades oferecidas para as mulheres no espaço acadêmico.

Segundo dados do Ministério da Educação relativos a 2006, o Brasil tem 22.101 cursos superiores, em 2.270 instituições de nível superior, distribuídas de forma desigual pelas regiões do país. A Região Sudeste destaca-se pela alta concentração de instituições educacionais, com 48,15%, e apenas o estado de São Paulo concentra 23,79% delas. Na sequência, temos a Região Nordeste, com 18,15%, a Região Sul, com 17,05%, a Região Centro-Oeste, com 10,70%, e a Região Norte, com 5,95%.

O total de pessoas em função docente no ensino superior brasileiro é de 316.882. Deste total, 22,28% são doutores(as) e 36,33% são mestres(as); os demais docentes têm titulações inferiores. Do total de docentes, 55,5% são homens e 44,5% são mulheres. O total de pessoas matriculadas em cursos superiores presenciais no Brasil é de 4.676.646, 55,72% do sexo feminino e 44,28% do sexo masculino. A função docente é marcada por uma presença maior de pessoas do sexo masculino, ao passo que a função discente é mais expressiva no universo feminino. A distribuição regional das diferenças de percentuais entre homens e mulheres em funções discentes é próxima à média nacional, com destaque para a Região Norte, em que as mulheres somam 57,55% do total de pessoas matriculadas em cursos superiores. Os dados sobre as pessoas concluintes de cursos presenciais das instituições de ensino superior brasileiras também apontam para uma supremacia feminina.

Do total de 736.829 pessoas que concluíram curso superior no ano de 2006 no Brasil, 60,57% são mulheres e 39,43% são homens.

A pesquisadora Maria Margarete Lopes afirma que as conquistas femininas nas universidades brasileiras ocorreram recentemente:

[...] há pouco mais de uma década, a participação das mulheres no sistema de Ciência e Tecnologia no país, segundo diversos indicadores, oscilava consistentemente em torno de 30%. Confirmando e aprofundando aspectos dessa tendência, em uma análise geral da participação das mulheres doutoras nas atividades de pesquisa, os dados indicam, em proporções aproximadas, que entre aqueles que se titularam no país até 1965, para cada 6,3 homens, havia uma mulher titulada; de 1976 a 1980, para cada três homens, uma mulher se doutorava; de 1986 a 1990 a proporção era uma mulher para 1,8 homens e de 1996 a 2000 chega a quase uma para um.⁴

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira possui uma área específica sobre o ensino superior que congrega dados sobre as instituições, cursos e desempenho dos estudantes, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).⁵ Segundo o Ministério da Educação, a área de geografia conta atualmente com 438 cursos, com habilitações em Bacharelado e Formação de Professores de Geografia, e, de acordo com o Ministério da Educação, o número de concluintes desses cursos presenciais, em 2006, foi de 10.870 pessoas. O total de docentes que atuam na área de geografia é de 4.670 pessoas, 46,4% das quais possuem o título de doutor(a), e 38,5% o de mestre(a). A estratificação destes dados, nas duas habilitações, e por sexo, pode ser visualizada nas tabelas que seguem.

Tabela 1 – Cursos superiores de Geografia, segundo docentes por sexo.

Curso	Docentes	Feminino	Masculino	% de mulheres	% de homens
Geografia: formação de professores	2.637	1.285	1.352	48,7	51,3
Geografia: bacharelado	2.033	910	1.123	44,7	55,3
Total	4.670	2.195	2.475	47,0	53,0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), 2008.

4 Informação disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/13.shtml>

5 Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Tabela 2 – Titulação máxima de docentes da área de Geografia, por sexo.

Cursos	Doutorado			Mestrado			Especialização			Graduação		
	Total	%F	%M	Total	%F	%M	Total	%F	%M	Total	%F	%M
Geografia Formação de Professores	343	41,7	58,3	1306	51,7	48,3	832	48,5	51,5	156	40	60
Bacharelado em Geografia	942	41,7	58,3	784	50,5	49,5	183	43,7	56,3	124	33	67

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), 2008.

Os dados das Tabelas 1 e 2 mostram um equilíbrio nas proporções de homens e mulheres em função docente nos cursos de geografia das instituições superiores, bem como nos níveis de titulação máxima, com pequena vantagem numérica do sexo masculino na categoria de doutorado.

A diferença entre homens e mulheres no conjunto de profissionais se mostra ampliada quando se considera a conquista de postos de poder. O levantamento realizado junto às universidades federais do Brasil aponta que apenas 33,6% dos postos de chefia departamental são ocupados por mulheres; por outro lado, no que diz respeito aos cargos de coordenação de programas de pós-graduação em geografia, a representação feminina sobe para 39,5%.⁶ Já a representação feminina na composição dos grupos gestores da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia no período compreendido entre 1993, data de sua fundação, e 2007 é bastante equilibrada em termos numéricos. Em oito gestões, treze mulheres e onze homens participaram na composição das diretorias. Contudo, a função de presidência e tesouraria é exercida por homens em 62,5% dos casos, e, nessa mesma proporção, a função de secretaria é majoritariamente feminina. No tocante à coordenação de grupos de pesquisa, as mulheres lideram 47% dos 185 grupos de pesquisa cadastrados na área de Geografia, segundo dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq relativos a 2008.

A desproporção entre a qualificação profissional e o empoderamento feminino nas organizações acadêmicas não é resultante da inaptidão das mulheres para ascender aos postos de mando; ela decorre da constituição de estruturas de poder, que dificultam o acesso. Com

⁶ Levantamento de dados realizado no ano de 2008.

base em pesquisas, Soares (2001) afirma que as mulheres têm mais dificuldades para conciliar as demandas profissionais e as familiares e que elas se vêem sobrecarregadas em função do acúmulo do trabalho doméstico com o trabalho profissional.

Os dados apresentados sobre a representação feminina na estrutura organizacional da academia brasileira na área de geografia evidenciam que há forte presença de mulheres altamente qualificadas, praticando a ciência geográfica cotidianamente, seja na carreira docente, seja como parte do corpo discente. Este fato, portanto, torna a questão levantada para esta investigação sobre a pequena influência das abordagens de gênero na geografia latino-americana ainda mais interessante e complexa. Afinal, o aumento do número de mulheres nos cursos superiores de geografia e nas carreiras do magistério de geografia não gerou tensões e questionamentos, por parte delas, no tocante à ausência de suas próprias espacialidades, histórias e identidades nos conteúdos que ministram e nos espaços que pesquisam, ou seja, na estrutura do discurso geográfico brasileiro que elas alimentam com sua prática docente e investigativa. Paradoxalmente, então, o trabalho docente e científico feminino produz e reproduz sua própria invisibilidade na geografia brasileira.

Na busca de explicações para o fato de que as mulheres geógrafas, em geral, não mobilizam esforços no sentido de que seja incorporada a perspectiva de gênero no discurso geográfico, um dos fatores que devem ser considerados é o de que seu ingresso no espaço universitário, como docentes e pesquisadoras, é bastante recente, o que pode representar uma dificuldade para questionar conceitos, teorias e métodos já consagrados, de forte teor androcêntrico. Segundo Leta (2003), não há estudos sistemáticos sobre a participação feminina nas organizações acadêmicas e na produção da ciência brasileira, e isso dificulta a obtenção de dados históricos precisos. Com base em seus estudos sobre a Universidade de São Paulo (USP), a autora constatou que a entrada expressiva de mulheres se deu nos anos 80 e 90, período que coincidiu com os movimentos sociais políticos de redemocratização do país e de aprovação da Constituição de 1988, culminando com o fortalecimento das regras de obrigatoriedade da promoção de concursos públicos para a admissão de docentes nas universidades públicas, com base em critérios universalistas e meritocráticos. É fundamental lembrar que a abolição do “sistema de

cátedras”⁷ nas universidades brasileiras e sua posterior organização em departamentos desestabilizaram as tradicionais relações de poder. Os concursos públicos passaram a ser focos importantes de disputas e, por consequência, de maior fiscalização e rigor, o que ampliou a possibilidade de ingresso de mulheres nas carreiras universitárias, a despeito dos padrões patriarcalistas. Contudo, a presença física das geógrafas ainda não modificou a estrutura de poder, que mantém a metade da humanidade fora do interesse científico da geografia brasileira. Frente ao processo de feminização da escolarização em geral e da crescente incorporação de mulheres na geografia brasileira, é necessário que seja repensada a racionalidade que predominou no século XX e ainda predomina atualmente nas políticas pedagógicas e científicas de produção geográfica. As mulheres já são agentes de conhecimento científico e pedagógico! Assim, é fundamental que a realidade socioespacial feminina seja contemplada como objeto de estudo na geografia brasileira.

Aspectos organizacionais da produção científica e a orientação epistemológica da geografia brasileira

O levantamento realizado nos nove periódicos melhor qualificados pelo CNPq, Sistema Qualis,⁸ no período compreendido entre 1939 e 2008, aponta que temas relacionados com mulheres e gênero não compõem o interesse da geografia brasileira, pelo menos daquela que é considerada como de mais alta qualidade pelos órgãos institucionais que avaliam a produção científica do Brasil. Foram encontrados apenas cinco artigos, e entre eles, curiosamente, figuram autorias masculinas.

7 Segundo Maria de Lourdes de Albuquerque Favero, em *A cátedra e o departamento nas universidades brasileiras*. Disponível em: www.historia.fcs.ucr.ac.cr/, o sistema de cátedra, oriundo da tradição portuguesa, reinou nas universidades brasileiras desde o período colonial, sendo superado com a Lei nº 5.540, de 28.11.1968, que instituiu uma reestruturação da universidade com base em departamentos, cujas chefias são eleitas pelos pares.

8 Com base na avaliação do triênio 2004-2006.

Tabela 3 – Produção científica brasileira nos periódicos Qualis A do Brasil em 2008.

Ano	Periódico	Autoria	Título do artigo
1988	<i>Revista Brasileira de Geografia</i>	Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira e Márcia Coelho de Segadas Vianna	Trabalho feminino e a situação familiar da mulher nas áreas metropolitanas de SP, RJ, Porto Alegre e Recife
1998	<i>Revista do Departamento de Geografia da USP</i>	Rosa Ester Rossini	As geografias da modernidade – geografia e gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto (SP)
2002	<i>Sociedade & Natureza</i>	Alexandre Magno Alves Diniz e José Flávio Moraes Castro	Diferenças socioespaciais entre homens e mulheres chefes de domicílio de Belo Horizonte, 2000
2007a	<i>Geosul</i>	Joseli Maria Silva	Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano
2007b	<i>Espaço e Cultura</i>	Joseli Maria Silva	Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino

Fonte: Levantamento direto nos periódicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território*, *Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'ega* e *Revista Brasileira de Geografia*.

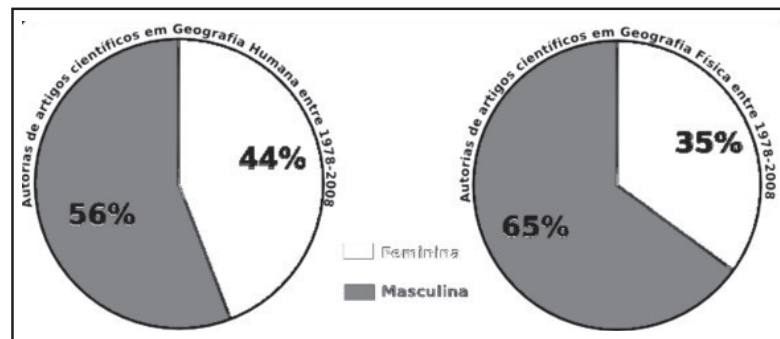
Organização: Grupo de Estudos Territoriais (GETE)

Além desses artigos, há ainda outras modalidades de trabalhos, como dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados em revistas de menor impacto científico, conforme informam as geógrafas Susana Veleda da Silva e Diana Lan, com base em um estudo comparativo da produção científica do Brasil e da Argentina, em artigo publicado na revista *Belgeo* no ano de 2007. Estas autoras chegam à conclusão de que, a despeito do forte movimento feminista desenvolvido na América Latina, com impacto nas demais ciências sociais, como a sociologia, a história e a antropologia, o conhecimento geográfico manteve-se à margem. O estudo aponta para um pequeno incremento de pesquisas científicas que associam gênero e geografia no final do século XX e início do século XXI.

Se as mulheres e as análises de gênero não são consideradas objetos de estudo importantes na historiografia da geografia brasileira, não se pode dizer que seja por falta de autoras femininas de artigos científicos. No período compreendido entre 1978 e 2008, os periódicos pesquisados registram 2.320 autores(as),⁹ e a mulheres representam

⁹ Foi considerado o universo total de autores, contabilizando as coautorias.

41% desse total. A diferença de proporção entre homens e mulheres aumenta quando se considera a produção geográfica separada nas áreas humana e física, com uma representação feminina de 44% na primeira e de apenas 35% na segunda, como pode ser observado nos gráficos a seguir.



Fontes: Levantamento direto nos periódicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território*, *Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'ega* e *Revista Brasileira de Geografia*.

Organização: Grupo de Estudos Territoriais, 2008.

A *Revista Brasileira de Geografia*, um dos periódicos científicos mais antigos do país, criada em 1939, apresenta a primeira autoria feminina no ano de 1950, quando Lisia Maria Cavalcanti Bernardes publicou, juntamente com seu marido, Nilo Bernardes, o artigo “A pesca no litoral do Rio de Janeiro”. No mesmo ano, Lisia publicou, de forma individual, “Distribuição da população do estado do Paraná em 1940-1950”. O ano de 1939 marca a entrada das mulheres como agentes produtores de conhecimento geográfico, já que aparecem, também como autoras, Beatriz Célia Correia de Melo e Ruth Matos de Almeida Simões.¹⁰ Lisia Bernardes publicou, em 1952, o artigo “Tipos de clima do estado do Rio de Janeiro”, mas o primeiro artigo de autoria feminina que expressa com maior propriedade a geografia física foi publicado por Celeste Rodrigues Maio, em 1958, sob o título “Contribuição aos níveis do estudo da erosão do Brasil”. Até o ano de 1966, pode-se dizer que Lisia Maria Cavalcanti Bernardes foi a figura feminina mais expressiva da geografia brasileira em termos de produção de artigos científicos. No período entre 1967 e 1976, o nome

¹⁰ Essas autoras publicaram, respectivamente, os artigos “Interpretação do mapa de produção de café no sudeste do planalto central do Brasil” e “Distribuição da produção do arroz no sudeste do planalto central”.

corrente nas publicações da *Revista Brasileira de Geografia* foi o de Therezinha de Castro.¹¹ Fato interessante a ser destacado é o artigo de Maria Francisca Thereza C. Cardoso, publicado em 1963, sob o título “Campina Grande e sua função como capital regional”. Sua temática, relações entre cidades, é novidade na RGB, e ele foi publicado entre outros dois artigos de grandes nomes da historiografia da geografia urbana brasileira: Pedro Geiger e Roberto Lobato Corrêa. O artigo de Pedro Geiger, “Aspectos do fato urbano no Brasil”, foi publicado em parceria com Fany Davidovich, em 1961, e o artigo de Roberto Lobato Corrêa, “Contribuição para o estudo da área de influência de Aracaju”, foi publicado em 1965. Isso evidencia que as mulheres estavam também na vanguarda dos temas científicos, embora não tenham atingido a mesma notoriedade de seus colegas do sexo masculino.

A análise da produção científica por sexo nos periódicos científicos pesquisados revelou que, além de os homens possuírem maior número de artigos científicos, sua produtividade também é superior. Considerando os(as) quinze autores(as) mais produtivos(as) de cada sexo entre os anos de 1978 e 2008, verifica-se que o autor mais produtivo entre os homens publicou quase o dobro do número de artigos da mulher mais produtiva no mesmo período. Além disso, o conjunto total de homens apresenta maior produtividade que o de mulheres.

Tabela 4 – Relação entre as produtividades masculina e feminina na geografia brasileira no período 1978-2008.

Número de artigos publicados	Mulheres	Homens
Acima de 16	0	2
11 a 15	1	1
9 a 10	1	3
7 a 8	5	4
5 a 6	8	5

Fonte: Levantamento direto nos periódicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território*, *Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'ega* e *Revista Brasileira de Geografia*.

Organização: Grupo de Estudos Territoriais (GETE)

As geógrafas mais produtivas em termos de artigos publicados neste período, que se aproximam do desempenho masculino, são:

¹¹ Durante este período, a RGB publicou apenas grandes compêndios de geografia regional, descrevendo países e regiões do mundo, sem abordar temas relativos ao Brasil. É importante lembrar que a revista é publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), subordinado ao Governo Federal, e que o período em questão foi marcado por forte repressão política do regime ditatorial. Estranhamente, os artigos eram, exclusivamente, de duas pessoas: Therezinha de Castro e Delgado de Carvalho.

Fany Davidovich, Berta K. Becker, Beatriz Maria Soares Pontes, Celeste Rodrigues Maio, Gisela Aquino Pires do Rio, Lígia Celória Poltronierni, Zeny Rosendahl, Amália Inês G. De Lemos, Ana Fani Alessandri Carlos, Lylian Coltrinari e Maria do Socorro Brito. Esse conjunto de mulheres geógrafas é heterogêneo com relação a idade, origem acadêmica, procedência institucional e área de atuação. Seria imprudente realizar qualquer análise de produção científica e do contexto acadêmico, político e familiar que possibilitou o destaque delas na academia brasileira pela sua produtividade em publicação de artigos científicos nos periódicos investigados. Trabalhar a produção científica destas mulheres pode vir a ser uma outra fase de aprofundamento desse trabalho, porque isso permitiria a inserção dos nomes femininos na historiografia da geografia brasileira.

O fato é que houve uma feminização da geografia brasileira, e as mulheres tornaram-se produtoras de conhecimento geográfico, mas a ciência praticada pelas mulheres geógrafas não se diferencia da produção científica masculina e muito pouco tem contribuído para construir a visibilidade das espacialidades femininas. Além disso, apesar da recente feminização da ciência geográfica brasileira, as mulheres ainda não têm a mesma notoriedade e reconhecimento científico que seus pares homens e ocupam em proporções menores os postos de poder. Contudo, os dados de produção científica evidenciam que há forte interesse das mulheres em participar ativamente da construção da geografia, notadamente quando se leva em conta que a maior parte da carga de trabalho doméstico e das tarefas reprodutivas é ainda feminina no Brasil, conforme aponta a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD-2006).

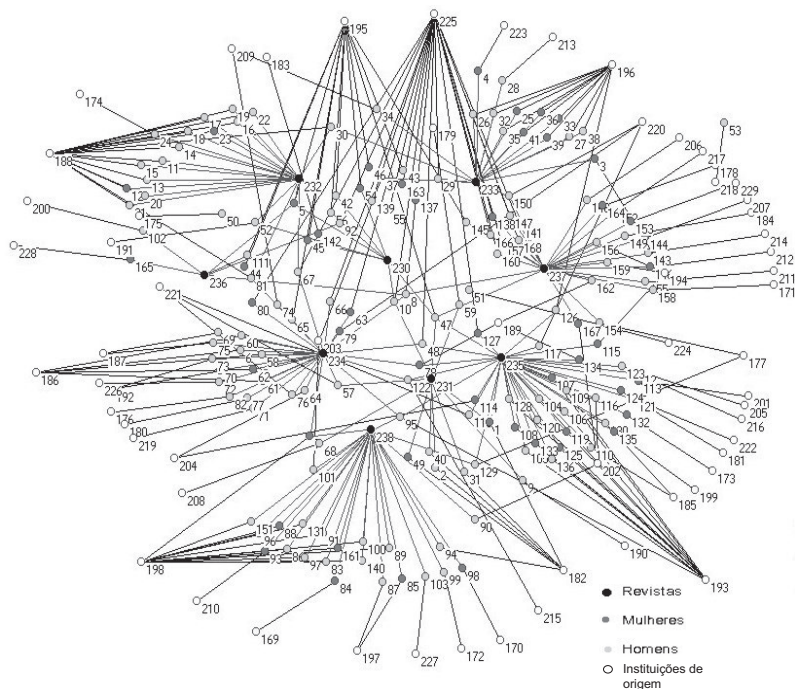
O exame da composição dos conselhos editoriais dos periódicos científicos que serviram de base para esta pesquisa mostra 68,5% de pessoas do sexo masculino e apenas 31,5% do sexo feminino. Contudo, não basta observar a presença de mulheres e homens nos conselhos editoriais dos periódicos científicos em termos numéricos para descortinar a influência e as relações de poder. É necessário compreender os diferentes níveis de influência que cada membro tem frente aos demais. Os membros dos conselhos científicos determinam, em grande parte, o que é concebido como ciência, sua relevância e disseminação. Para verificar a centralidade dos principais agentes que determinam a produção científica brasileira na área de geografia foi utilizada a metodologia de análise de redes sociais – ARS (ou Social Network Analysis – SNA), e utilizou-se o programa Pajek.¹² Essa opção

12 O programa Pajek e outros documentos relacionados estão disponíveis em <http://pejek.imfm.si/doku.php?id=pajek>.

permitiu identificar os agentes centrais, ou os nós da rede, não apenas por sua participação direta, mas, sobretudo, pelo conjunto de relações estabelecidas por cada agente na rede e, assim, perceber sua capacidade para promover ou obstruir determinados discursos, como as abordagens de gênero, por exemplo. A rede geral constituída em torno dos membros dos conselhos editoriais dos nove periódicos selecionados pode ser observada na figura a seguir.

A simples visualização da rede permite apenas uma identificação difusa dos seus agentes centrais, de modo que é necessária uma análise estatística, para evidenciar a posição em centralidade de intermediação (*betweenness centrality*), apurada para cada agente (instituição de origem, membro do conselho e revista). A Tabela 5 mostra a ordem de centralidade de intermediação de vinte agentes em cada uma das categorias selecionadas para análise.

Figura 1– Rede formada por revistas, membros de conselhos editoriais e respectivas instituições de origem.



Fonte: Levantamento direto nos periódicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território*, *Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'ega* e *Revista Brasileira de Geografia*.

Organização: Grupo de Estudos Territoriais (GETE)

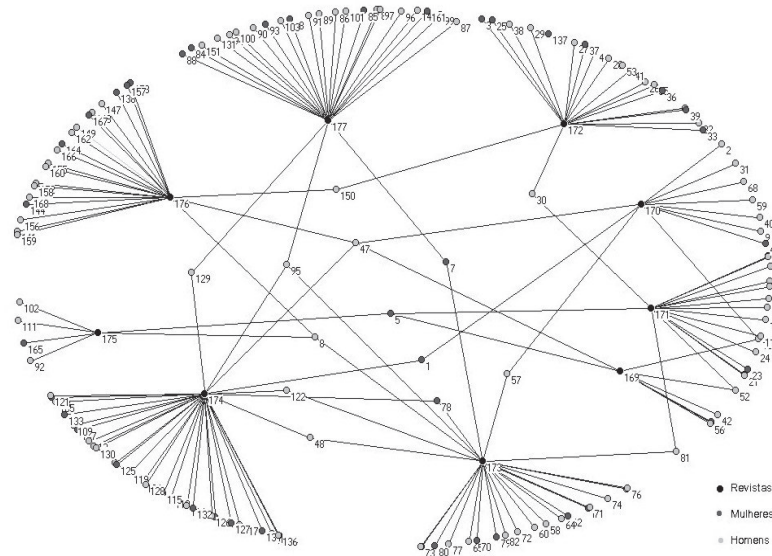
Tabela 5 – Membros de conselhos editoriais, por ordem de centralidade de intermediação.

Posição de centralidade entre membros	Número na rede	Agentes
1	47	Roberto Lobato Corrêa
2	95	Francisco de Assis Mendonça
3	8	Marcelo Martinelli
4	7	<u>Beatriz Ribeiro Soares</u>
5	67	Aziz Ab'Saber
6	81	Rogério Haesbaert
7	129	Oswaldo Bueno Amorin Filho
8	150	Georges Benko
9	126	Masato Kobaiyama
10	48	Antonio Carlos Robert Moraes
11	30	Carlos Walter Porto Gonçalves
12	5	<u>Bertha K. Becker</u>
13	122	José Mateo Rodrigues
14	29	Armen Mamigonian
15	78	<u>Maria Geralda de Almeida</u>
16	57	Paul Claval
17	1	<u>Zeny Rozendahl</u>
18	10	Milton Santos
19	65	Antonio Teixeira Gerra
20	101	Adler Guilherme Viadana

Fonte: Levantamento direto nos periódicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território*, *Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'ega* e *Revista Brasileira de Geografia*.

Organização: Grupo de Estudos Territoriais (GETE)

A centralidade de intermediação dos membros nos conselhos editoriais na rede formada pelas revistas selecionadas pode ser melhor percebida quando removidos da visualização os vínculos institucionais dos membros, conforme evidencia a figura a seguir.

Figura 2 – Rede formada por membros de conselhos editoriais e respectivas revistas.

Fonte: Levantamento direto nos periódicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território, Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'ega* e *Revista Brasileira de Geografia*.

Organização: Grupo de Estudos Territoriais (GETE)

Entre os vinte agentes de maior intermediação na rede figuram apenas quatro mulheres no conjunto. Ou seja, se o percentual de presença feminina nos conselhos editoriais é de 30% quando se considera a centralidade de intermediação, o percentual cai para apenas 20% quando se trata de mulheres que ocupam posições centrais nos processos decisórios de produção científica. Além disso, se forem consideradas apenas as dez primeiras posições, o percentual cai para 10%. Enfim, considerando que as conexões em rede apontam para uma ordem exponencial de relacionamentos possíveis, pode-se apontar, facilmente, um potencial bastante elevado de influência dos homens sobre a produção do discurso geográfico nos periódicos científicos selecionados para a investigação, sendo tal potencial bastante limitado quando se considera a capacidade das mulheres componentes de conselhos editoriais.

A ausência de temas de gênero no discurso geográfico não se justifica simplesmente pela ausência das mulheres no exercício profissional, já que houve notória feminização deste campo científico nas duas últimas décadas. Assim, para compreender a ausência das abordagens de gênero, mesmo frente à feminização do campo científico da geogra-

fia, há necessidade de se contemplar as estruturas de poder decisório capazes de manter a seletividade das características da geografia brasileira, ainda fortemente androcêntrica.

Portanto, a manutenção do caráter androcêntrico da geografia só pode ser compreendida quando se consideram as articulações entre a ocupação das posições de mando na organização acadêmica e a sua correspondente estrutura discursiva. Tal estrutura é analisada pelo resgate histórico da construção do saber científico geográfico brasileiro e do poder contido em seus enunciados científicos, que tornaram certos elementos socioespaciais, a exemplo das desigualdades entre homens e mulheres, pouco visíveis e considerados de menor importância científica.

O fazer geográfico na forma de publicações científicas e o processo de formação profissional deste campo de saber apresentam fortes características androcêntricas. Os currículos de graduação em geografia não fazem nenhuma menção às relações de gênero. As disciplinas que compõem a estrutura curricular dos cursos foram agrupadas em sete áreas distintas: epistemologia, regional, física, humana, instrumental, estágios/práticas e educação. A área humana, mais propícia para o desenvolvimento das perspectivas de gênero, engloba, em média, 20% do total das disciplinas das estruturas curriculares que foram tomadas como base. A área física concentra uma média de 17%, e a regional, 16%. A composição da estrutura curricular já torna a possibilidade de abordagem de gênero restrita aos 20% de campo reservado, em média, para as humanas. Mesmo assim, o pequeno percentual de disciplinas reservado à área humana não é suficiente para explicar a pequena abordagem de gênero na geografia brasileira, já que em outros países em que essa abordagem cresceu havia um quadro pedagógico muito semelhante.

Além de não haver qualquer referência a questões de gênero nos currículos, a análise das ementas dos cursos revela outros aspectos marcantes, como o sexismo na linguagem utilizada para descrever os conteúdos a serem ministrados nas disciplinas e a masculinização das referências bibliográficas indicadas.

Na área de epistemologia, por exemplo, não há qualquer menção das geografias feministas, cuja vertente teórico-metodológica surgiu nas universidades anglo-saxãs, fruto de um importante movimento contestatório da ciência realizado por geógrafas que denunciaram os “privilégios” epistêmicos e a hegemonia masculina, o que possibilitou formas diferentes de construir o saber científico, para além do campo da ciência moderna, objetiva, neutra e universal. É notória a ausência de nomes femininos na historiografia do pensamento geográfico pre-

sente nas indicações bibliográficas da área epistemológica. A invisibilidade feminina se revela também na linguagem que expressa os conteúdos dos cursos, como pode ser exemplificado pelo seguinte trecho, retirado de um dos planos de curso analisados, referente à disciplina de epistemologia, que se propõe desenvolver:

Aspectos gerais de teorias e métodos aplicados pela Geografia. Características gerais do pensamento de geógrafos que ajudaram a construir a ciência geográfica – (Humboldt, Ritter, Ratzel, Kropotkin, Reclus, La Blache, De Martone, P. George, Lacoste, M. Santos e outros).

Este enunciado, que evidencia a exclusividade dos homens na construção da ciência geográfica e a escandalosa ausência feminina, é ilustrativo do perfil das abordagens presentes nos documentos que regem o aprendizado da geografia brasileira. A utilização de linguagem sexista é um elemento fundamental para se compreender a ocultação das mulheres no discurso científico, tendo em conta que é por meio da linguagem que a humanidade se comunica, constrói e interpreta a realidade social. Portanto, é imperioso que se desenvolva uma crítica a respeito dessa linguagem androcêntrica fortemente difundida nos planos pedagógicos da geografia brasileira, para ensejar novas possibilidades de abordagens e linguagens.

A naturalização da desvalorização do feminino na geografia brasileira é algo tradicional e profundamente enraizado, difundido como inquestionável pelos conteúdos curriculares obrigatórios. Na área humana foram reunidas as disciplinas de geografia urbana, agrária, econômica, população, social e cultural e outras menos comuns aos planos de cursos analisados, como antropologia, sociologia, e assim por diante. É evidente que cada uma delas tem as suas especificidades. A geografia da população, por exemplo, é marcada pela análise demográfica e de mobilidade. A urbana tem como padrão dominante as relações entre forma e processos econômicos. A agrária tem como elementos mais comuns a abordagem da produtividade, renda da terra e relações de trabalho, e a social e cultural está relacionada com as abordagens da sociedade em grupos, com a utilização predominante da categoria “classe social”.

Os conteúdos curriculares dos cursos de graduação de geografia desempenham um papel ativo na construção da realidade e de modelos através dos quais geógrafas e geógrafos olham o mundo. Pode-se dizer que os planos curriculares da geografia brasileira não refletem a verdade socioespacial, porque realizam um tratamento unívoco e pretensamente neutro do espaço, potencializando o padrão masculino, tanto no privilégio de abordagens temáticas como no referencial teórico indicado.

Enfim, a geografia se faz e se refaz por meio de elementos organizacionais como a produção científica e a orientação epistemológica presente nos projetos curriculares da academia, ou seja, ela sobrevive e é conformada na prática cotidiana dos sistemas legais e institucionais. Os currículos obrigatórios direcionam os conteúdos que são considerados geográficos e formam profissionais a partir de uma determinada concepção da ciência geográfica. E essa concepção cria um pretense campo próprio de temas, que recebem a chancela da comunidade científica, inibindo iniciativas de pesquisadores no sentido de ousar e desafiar as fronteiras do campo de saber. Além do sistema legal, os periódicos científicos são instituições que produzem a visibilidade da produção geográfica por meio da publicação de artigos, e essa visibilidade passa por critérios de seletividade que são controlados por pessoas que têm acesso a determinadas redes de relacionamentos. No caso da geografia brasileira, a determinação da consagração do discurso científico brasileiro está centrada na concepção masculina, operacionalizada por homens a partir da captação da centralidade em postos hierarquicamente mais importantes que os das mulheres. Contudo, é importante ressaltar que, se a ordem do discurso geográfico brasileiro é masculina, as mulheres, ao operacionalizar os conceitos já consagrados, acabam também por determinar a invisibilidade de temas e abordagens de gênero na sua prática cotidiana.

Aspectos estruturais da ausência das perspectivas de gênero na geografia: premissas históricas e elementos correlacionados

Os elementos organizacionais evidenciados anteriormente operam os aspectos estruturais de forma interdependente, construindo um sistema de regulação que caracteriza a dominação masculina e a ausência ou o silenciamento das abordagens de gênero na geografia brasileira.

As ausências e silêncios da geografia brasileira no tocante a determinados grupos sociais, entre eles, o das mulheres, constitui um dado empírico incontestável segundo os levantamentos realizados. Esta simples constatação, a da ausência, coloca o trabalho de crítica epistemológica em situação de fragilidade, já que ausência significa inexistência. E a necessidade de se produzir extensos levantamentos apenas para constar ou comprovar aquilo que já se sabe e para, a par-

tir daí, buscar a validade científica do argumento junto à tradição da objetividade, indica, inequivocamente, a inviabilidade da investigação empírica nesta área.

Trabalhar a inexistência, a falta, implica investigar o seu contrário, a existência, ou seja, a organização da estrutura que é capaz de criar as ausências e, além disso, mantê-las como algo natural e inquestionável. Assim, a ausência, analisada do ponto de vista estrutural, é derivada de algumas premissas históricas e elementos correlacionados aos quais o discurso científico da geografia brasileira está subordinado, a saber:

- a base eurocêntrica de constituição do saber;
- o apego à forma material do espaço, do qual emana a pretensa neutralidade;
- a permanência do sujeito genérico e universal, que invisibiliza os demais grupos sociais que não estão identificados com o protagonismo do homem, branco, ocidental, cristão.

A base eurocêntrica da ciência se expressa mediante um perfil de saber científico fundado nos pressupostos da racionalidade, objetividade, neutralidade e universalidade, cujo papel foi fundamental na instituição do projeto moderno/colonial. Lander (2005) lembra que a modernidade só existe em função da colonialidade, pois são faces complementares e contraditórias que se alimentam mutuamente. Contudo, diz ele, permaneceu visível apenas a face brilhante do projeto moderno como modelo civilizado europeu ocidental idealizado e desejado pelos espaços colonizados. Mignolo (2004, p. 666) lembra que a impressão que se estabeleceu é a existência da modernidade como único caminho a ser seguido pelas diversas sociedades no mundo e que “uma das razões para só se ver a metade da história é que esta foi sempre contada do ponto de vista da modernidade. A colonialidade era o espaço sem voz (sem ciência, sem pensamento, sem filosofia) que a modernidade tinha, e ainda tem, de conquistar, de superar, de dominar”.

A geografia brasileira, mesmo desenvolvida em espaço colonizado e praticada por nós, cientistas brasileiras(os), está impregnada da subjetividade colonial. Nossa história científica está repleta de personagens europeus, conforme argumenta Moraes (1991), num artigo em que ele explora o papel intelectual ativo dessas pessoas na criação dos primeiros cursos universitários em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1934, quase que simultaneamente com a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a criação do Conselho Nacional de Geografia em 1937 e a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1939. Almeida (2004) também contempla parte de nossa história científica, com protagonistas franceses, alemães e

norte-americanos, não apenas como referências teóricas, mas como executores de formatos pedagógicos e de concepções que fundaram boa parte das instituições geográficas brasileiras.

Moraes (1994, p. 359), ao analisar as raízes do Departamento de Geografia da USP, chega a dizer:

[...] fundado por mestres franceses, tendo por modelo a estrutura dos departamentos/cátedras em que estes se formaram e por doutrina o possibilismo lablacheano, o DG jamais conseguiu sair da órbita de influência da geografia produzida em França. Sequer conseguiu assimilar, mesmo que marginalmente, outras orientações teóricas.

E continua ele, discorrendo sobre a influência da geografia francesa sobre a brasileira e dizendo que esta

[...] incorporou fenomenal simpatia pelo empirismo, elegendo por modelo básico de pesquisa a monografia regional. Igualmente como a matriz, por longo tempo, o DG enganou-se entendendo seu campo de reflexão como um saber positivo e apolítico, que tranquilamente transitava entre os fenômenos naturais e sociais. O apreço pela história aparece, nesse quadro, como uma das poucas virtudes de berço [...].

Nesta mesma linha de raciocínio, Machado (2002, p. 8), ao discutir a institucionalização da geografia brasileira, afirma que, “guardando as devidas proporções, todos defenderam a entrada de um moderno critério de cientificidade pautado no então modelo de ciência moderna praticada na Europa, principalmente em território francês, a ciência positiva, descritiva, experimental e explicativa.”

Nos currículos da geografia brasileira figuram os ilustres pais da ciência, com presença marcante, como Alexander von Humboldt e Carl Ritter, inspirados no positivismo de Kant e no romantismo de Herder. Mesmo guardando as diferenças entre as ideias destes pensadores, eles convergem com relação à colonização empreendida pela Europa e também no tocante à noção de superioridade do europeu sobre os povos habitantes das áreas tropicais e do “novo mundo”. Capel (1982) transcreve um trecho da obra *Relación histórica del viaje de las regiones equinocciales*, de Humboldt, em que este discorre sobre suas impressões da relação entre faculdades intelectuais, trabalho e as áreas tropicais, numa pesquisa realizada entre 1799 e 1804:

[...] bajo un clima suave y uniforme, la única necesidad urgente del hombre es la alimentación. Es el sentimiento de esta necesidad el que excita para el trabajo; y se comprende fácilmente porqué, en medio de la abundancia, a la sombra de los bananos y del árbol del pan, las facultades intelectuales se desarrollen más lentamente que bajo un

cielo riguroso, en la región de los cereales, en donde nuestra especie está constantemente en lucha con los elementos. (HUMBOLT, 1807, apud CAPEL, 1982, p. 26).

Este trecho evidencia o olhar eurocêntrico sobre o saber dos outros povos, que têm suas “faculdades intelectuais” menos desenvolvidas. Capel (1982) também transcreve os argumentos de Carl Ritter a respeito do “destino” inquestionável da superioridade da Europa em relação a outros continentes e povos, ainda no século XIX:

El más pequeño de los continentes [a Europa] estava, así, destinado a dominar a los más grandes [...] Si se sabe que la vocación se há encontrado confirmada a nivel de la historia universal, se sabe menos que eso estava de alguna forma inscrito em ella desde toda la eternidad; se atribuye el honor por ello al hombre europeo, mientras que éste no le corresponde más que en partes [...] Europa estava, efectivamente, destinada a convertirse em el crisol de las riquezas y las tradiciones del Viejo Mundo al mismo tiempo que un lugar privilegiado para el desarrollo de la actividad intelectual y espiritual propia para absorber y organizar el conjunto de la humanidad. (RITTER, 1836, apud CAPEL, 1982, p. 59-60).

Emmanuel Kant, um dos grandes expoentes da filosofia moderna e fonte de inspiração para os pais da geografia, por sua vez, é claro em suas impressões sobre os povos negros, bem como sobre a capacidade intelectual das mulheres, em sua obra *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. O trecho que se segue é exemplar:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. (KANT, 1993, p. 75-76).

Também está presente na filosofia kantiana a depreciação do feminino em relação ao masculino. Para ele,

[...] o estudo laborioso ou a especulação penosa, mesmo que uma mulher nisso se destaque, sufocam os traços, não obstante dela façam, por sua singularidade, objeto de uma fria admiração, ao mes-

mo tempo enfraquecem os estímulos por meio dos quais exerce seu grande poder sobre o outro sexo. A uma mulher que tenha a cabeça entulhada de grego, como a senhora Dacier, ou que trave disputas profundas sobre mecânica como a marquesa de Châtelet só pode mesmo faltar uma barba, pois com esta talvez consigam exprimir melhor o ar de profundidade a que aspiram (KANT, 1993, p. 49).

E continua ele, com suas sábias ideias: “[...] o conteúdo da grande ciência feminina é antes, o ser humano e, dentre os seres humanos o homem, e sua filosofia não consiste em raciocinar, mas em sentir” (KANT, 1993, p. 50). Poderíamos atribuir estas declaradas manifestações racistas e sexistas de Kant ao contexto de sua época; contudo, não podemos negar que este pensador, como tantos outros que estamos habituados a ler, foram os produtores das verdades fundamentalistas que basearam e ainda baseiam muitas das práticas sociais do presente.

Além destes pensadores, que marcam presença nos currículos da geografia brasileira, há ainda outros, com conteúdos muito parecidos com os que foram aqui expostos, tecendo suas distintas erudições sobre os não-europeus e sobre as mulheres. Assim, pode-se dizer que, na busca dos melhores modelos científicos, apreendemos uma ciência geográfica pelo olhar do “outro”, o colonizador, caracterizado pelo homem, branco, europeu e cristão.

É esta subjetividade colonial impregnada em nossa sociedade e, por que não dizer, em nossa prática geográfica que faz com que seja ainda legitimada a superioridade de brasileiros brancos em relação aos não-brancos, ou que se valorize a tendência de estudos a respeito de grandes áreas metropolitanas, em detrimento de pequenas áreas, ou ainda, que as capitais sejam consideradas polos que irradiam seu conhecimento, considerado “superior”, aos demais espaços, concebidos como “atrasados”, capazes, apenas, de reproduzir o que já foi criado, sem jamais criar algo de novo.

É importante marcar que é fundamental o diálogo com a geografia produzida em outras partes do mundo; afinal, a ciência é por excelência um saber dialógico.¹³ Contudo, a mediação do diálogo deve ser realizada a partir de uma consciência ética e política de nossas diferenças, considerando que todo o conhecimento é posicionado e situacional.

13 Quero destacar que não compartilho da posição de que evitar o colonialismo do saber é romper com a produção científica estrangeira. A superação da colonialidade do saber não deve ser confundida com o desprezo da produção científica estrangeira, pois é justamente a postura autocentrada que caracteriza o pensamento eurocêntrico, cuja característica é a criação de verdades absolutas que silenciam outras versões da realidade social.

Superar o eurocentrismo na produção de uma geografia brasileira não é, portanto, adotar uma postura autocentrada, ignorando a produção científica estrangeira, mas produzir um saber de forma dialógica, de modo que todos os grupos possam construir as versões plurais da realidade social. Descolonizar o conhecimento geográfico brasileiro não significa negar nossa história colonial, mas produzir um conhecimento do ponto de vista da colonialidade e não da modernidade. Este é um grande desafio a ser enfrentado, e ele tem sido desenvolvido fortemente pelas epistemologias feministas e pós-colonialistas.

O apego à forma material do espaço é um dos elementos fortemente constitutivos do eurocentrismo. A ênfase naquilo que é evidente, facilmente explicativo e verificável tem gerado a falsa impressão da neutralidade espacial, já que as formas não evidenciam, em si, seus interesses e relações de poder. O que está marcado na paisagem em geral é resultado de grupos hegemônicos que reuniram poder suficiente para imprimir suas marcas de poder.

A abordagem de grupos periféricos das relações de poder envolve manifestações materiais pouco expressivas, muitas vezes arranjos intermitentes, descontínuos. Se considerarmos que as cidades são planejadas por homens, construídas por eles e que a maior parte dos espaços públicos e produtivos é predominantemente masculina, fica evidente a impossibilidade de produzir a visibilidade feminina a partir do apego às formas materiais do tipo uso da terra ou ainda mediante classificações que expressam agentes hegemônicos. Esse raciocínio também se aplica à visibilidade de outros grupos não hegemônicos, como de negros e diferentes grupos homossexuais.

Os grupos periféricos das relações de poder em geral vivem espacialidades que são fluidas e intermitentes e que estão conectadas às paisagens hegemônicas mais permanentes, duráveis e de fácil expressão material. Assim, as abordagens de gênero, notadamente quando enfocadas as feminilidades, e a abordagem de transgêneros são comumente consideradas não espaciais, não geográficas e, portanto, fora do interesse da geografia.

A geografia brasileira, embora evidencie em seus currículos um esforço de conceber o espaço para além da dimensão concreta/material, contempla conteúdos que refratam abordagens que não apresentam uma prevalência da manifestação material, concreta, ou seja, que são facilmente cartografáveis.

Todavia, os referentes da forma concreta do espaço são muitas vezes incapazes de alcançar os arranjos imateriais, híbridos, flexíveis, múltiplos, plurais, tão típicos da ordem contemporânea. E essa característica alimenta mitos, limita a pesquisa e empobrece a capacidade

de a geografia brasileira tornar a realidade atual compreensiva. Assim, as epistemologias feministas e pós-colonialistas tiveram que superar esse desafio, na busca de incorporar gênero como conceito de análise do espaço, já que as manifestações materiais da divisão sexual da humanidade e das identidades de gênero atuais são cada vez menos nítidas.

Afinal, locais exclusivamente femininos e masculinos são cada vez mais raros, e isso, associado ao forte apego à forma material do espaço, tem escamoteado a discussão de gênero na geografia brasileira. O fato de as relações de gênero não serem evidentemente materializadas na paisagem contemporânea não significa que elas sejam a-espaciais. A ausência da abordagem de gênero na geografia brasileira se dá muito mais pela limitação em problematizar fenômenos que não estejam expressos materialmente em formas concretas do que pela não-espacialidade da dimensão social das relações de gênero.

Outro elemento interdependente que estrutura a produção do conhecimento geográfico ao eurocentrismo é a permanência do sujeito genérico e universal como agente do espaço. A geografia brasileira, apesar de avançar no sentido de tornar importante a concepção da relação entre o “ser que age” e o espaço, apresenta, em sua estrutura curricular, agentes, sujeitos e atores genéricos ou universais. Os processos migratórios, de estratificação de classe, aparecem como quase espontâneos. O espaço, notadamente no núcleo das disciplinas de caráter regional, é visto como fruto de processos humanos indiferenciados em suas posições com relação a classe, raça, etnia, gênero, identidade sexual, etc. A humanidade, na perspectiva da geografia brasileira, continua sendo tratada, predominantemente, apenas como uma polarização entre capitalistas e trabalhadores. Em geral, a sociedade e seus interesses são personificados pelos “agentes”, identificados como sujeitos masculinos ou por instituições comerciais, industriais, religiosas ou, ainda, como Estado de uma determinada escala territorial, e assim por diante, gerando um discurso que encobre interesses e identidades que são escamoteadas pelas simplificadoras máscaras institucionais. Adotar a perspectiva de gênero na geografia brasileira significa romper com tais generalizações e partir para análises centradas na pluralidade dos seres humanos, o que exige novos caminhos metodológicos.

Para trazer para a visibilidade do discurso geográfico as mulheres e, creio que também, vários outros grupos invisibilizados no discurso geográfico brasileiro, é necessário desconstruir os elementos que sustentam a ciência moderna eurocêntrica, reconhecendo, como o fazem Morin (1996) e Boaventura de Sousa Santos (2004), alguns elementos fundamentais a respeito de como proceder ao conhecimento do conhe-

cimento. Primeiro, considerar, como Bourdieu (1990), que a ciência é um discurso fundado em um campo de poder e, segundo, conceber que a pretensa objetividade é fruto da intersubjetividade de pesquisadores do campo, como ensina Morin (1996). Primeiro, a ciência é um discurso fundado em um campo de poder, tal como aponta Bourdieu (1990). Segundo, a pretensa objetividade é fruto da intersubjetividade de pesquisadores do campo, como ensina Morin (1996).

[...] a objetividade aparece como incessantemente auto-produzida e reconstruída por um dinamismo específico das condições organizacionais da comunidade científica. Dito de outra forma, a objetividade é o produto de um processo em anel que só pode ser produzido se a objetividade nele intervier de uma forma produtora. Isto quer dizer que a objetividade não exclui o espírito humano, o sujeito individual, a cultura, a sociedade. Mobiliza-os. Mobiliza os princípios e as potencialidades construtoras do espírito humano e da cultura e exige o seu controle mútuo permanente. Necessita tanto do consenso como do antagonismo e da conflitualidade entre concepções e teoria. (MORIN, 1996, p. 17).

Terceiro, é fundamental ter a clareza de que a ciência é fundada em conceitos e categorias que constituem um sistema de ideias derivado de uma cultura, graças à linguagem e ao saber adquirido, conforme alerta Morin (1996), e sendo assim compreendida, ela perde seu caráter de verdade universal e dogmática, possibilitando novas versões científicas com mais inventividade, superando os processos reprodutivos de conhecimento, que nada mais avançam, chegando sempre aos mesmos resultados, mesmo quando se muda o referencial empírico de análise.

O quarto elemento em torno de como proceder ao “conhecimento do conhecimento” implica considerar a atitude reflexiva do pesquisador sobre as formas de produção do saber científico tendo em vista que a flexibilidade abre caminhos para a produção de versões plurais da realidade, capazes de superar a universalidade em prol da pluriversalidade, como argumenta Mignolo (2004). Segundo ele, “em vez de olhar para a modernidade na perspectiva da colonialidade [...], consideremos aquilo que a modernidade negou explicitamente ou repudiou e comecemos a pensar a partir daí” (MIGNOLO, 2004, p. 678).

Nesse sentido, nós pesquisadoras(es) brasileiras(os), mesmo que sejamos inexoravelmente frutos da ciência moderna, estamos desafiados a desconstruir o discurso e as redes que tecem o saber/poder de nossa sociedade, e assim, como propõe Boaventura de Souza Santos (2004), defender a perspectiva da pluriversalidade do conhecimento, em oposição à universalidade.

A despeito de mais de trinta anos de fértil desenvolvimento da perspectiva feminista na geografia europeia e norte-americana, a geografia brasileira manteve-se imune a este movimento contestatório, como foi apontado neste ensaio. É possível afirmar que esta vertente é marginal e que ela pouco ou nada impacta os pressupostos teóricos e metodológicos da geografia brasileira, ainda calcada fortemente na reprodução do discurso eurocêntrico. Assim, o poder hegemônico que suporta e ao mesmo tempo induz a reprodução do discurso geográfico tem produzido formas de saber que deixam fenômenos sociais contemporâneos completamente invisíveis, caracterizando o monotipismo da ciência geográfica brasileira contemporânea.

Se compreendermos a ciência como um discurso que deve ser debatido e não cultuado, e também que sua condição de superioridade e autoridade de produção de verdades deve ser questionada e não naturalizada, poderemos avançar em direção a um “conhecimento prudente para uma vida decente”, como propõe Boaventura de Souza Santos (2004). Afinal, como afirma Mignolo (2004), a ciência pode se constituir em um ponto conector, capaz de valorizar as diferenças de princípios e as práticas sociais e de perseguir o objetivo de uma vida decente para todos.

A subversão das ausências e a construção da visibilidade das abordagens de gênero na geografia brasileira

Não será possível almejar o protagonismo de grupos sociais até então ausentes do discurso geográfico brasileiro se continuarmos operando com as mesmas categorias analíticas que se mostraram limitadoras para a construção de versões plurais da realidade socioespacial. Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2004) aponta a emergência de um novo paradigma nas ciências sociais, que tende a afastar-se cada vez mais da “uni-versalidade do conhecimento” imposta pelo cristianismo, pela filosofia secular e pela ciência moderna, para construir a pluriversalidade do conhecimento e da compreensão, considerando como ponto fundamental o “conhecimento prudente para uma vida decente”.

Na perspectiva dos que acreditam no esgotamento do projeto da modernidade, a ciência, a democracia e a filosofia não são, como afirma Mignolo (2004, p. 683), o ponto de chegada; elas “são conectores de diferentes perspectivas, experiências e histórias do conhecimento,

da compreensão e das organizações sociais”. Nesse sentido, ou seja, como conectores e não como produto acabado, estes termos perdem o efeito mágico, como desígnio de totalidade de uma determinada prática, permitindo a emergência de uma ciência não totalitária, que admite diferentes práticas de conhecimento, em direção a uma vida decente.

A construção de novas versões de saber tem sido um desafio para a comunidade de pensadoras(es) que trabalham com grupos sociais minoritários e silenciados pelo saber eurocêntrico. Como fazer geografia sob a perspectiva feminista se os conceitos que operamos foram construídos pelo pensamento masculino e sabendo-se que a possibilidade de superação conceitual só se dá dentro do campo da ciência? Tal questionamento implica considerar as relações de poder que permeiam o campo da produção do conhecimento geográfico e identificar as teorias hegemônicas e seus produtores, para então se poder adotar a postura de “vigilância epistemológica” proposta por Boaventura de Souza Santos (2004) e Bourdieu *et al.* (2004) e trabalhar, como propõe Morin (1996), “com e contra” o aparato conceitual consensuado do conhecimento científico.

Mignolo (2004) considera que é possível estabelecer um diálogo dentro do campo científico a partir da consciência da geopolítica do conhecimento e da operação do saber construído por entre os conceitos já estabelecidos. Para este autor, a hegemonia sempre apresenta fissuras, pelas quais se pode produzir o novo. Produzir dissonâncias é a perspectiva de análise da realidade a partir do conceito de “espaço paradoxal”, de que fala Rose (1993), com base em Teresa de Lauretis e Judith Butler, estas, por sua vez, inspiradas em Michel Foucault. Essa perspectiva teórica e metodológica tem sido uma importante contribuição para as investigações feministas do Grupo de Estudos Territoriais.

Nossas investigações entendem o conceito de gênero como uma representação do ideal dos papéis sociais a serem experienciados por corpos considerados masculinos e femininos em diferentes tempos e espaços. Gênero, portanto, não é uma realidade em si mesma, mas um ideal exercitado cotidianamente por diferentes tipos de corpos que, ao agirem pautados pela representação, superam a mera reprodução de papéis e recriam continuamente a própria representação de gênero. Assim, o gênero é um eterno movimento que se faz na ação humana criativa, e como toda ação implica uma espacialidade, o caráter performático do gênero é simultaneamente espacial e temporal.

Esta noção, portanto, supera a ideia de gênero na geografia como limitada à presença de mulheres na análise do espaço. Ela cunha uma perspectiva complexa das relações entre espaço e pessoas, que

se constituem para além das diferenças sexuais, também por códigos culturais, experienciados de forma complementar e contraditória pela raça e classe, além da sexualidade. Experienciar todos estes elementos de forma combinada caracteriza claramente uma dimensão espacial.

Assim, trabalhar a perspectiva de gênero na geografia é tarefa complexa, já que a perspectiva unívoca da diferença sexual deve ser negada. Ninguém opera com a categoria de gênero num vácuo metodológico. É preciso estabelecer um recorte do grupo focal a ser considerado, bem como sua relação com o recorte temático, espacial e temporal. A tradição da manutenção da unicidade do “ser mulher” ou “ser homem”, fortemente baseada na natureza biológica dos corpos, deve ser superada. Por exemplo, é muito comum ouvir falar que as mulheres da sociedade atual são emancipadas. Mas de que mulheres estamos falando? De mulheres negras das periferias urbanas? De mulheres trabalhadoras rurais? De mulheres brancas presentes nas universidades? Enfim, os grupos focais estão sempre inter-relacionados com as dimensões temáticas, espaciais e temporais, capazes de construir o objeto de pesquisa.

As mulheres são seres múltiplos e constituem identidades complexas que vão além da fisiologia. Esta concepção da multiplicidade identitária feminina impacta diretamente sobre os procedimentos metodológicos, que passam a exigir um claro recorte do grupo social enfocado. As questões possíveis de serem respondidas devem estar atreladas a uma configuração de ser humano complexo com experiências socioespaciais específicas.

Esta perspectiva, que norteia o pensamento de Rose (1993), está presente também na discussão de Judith Butler, em *Gender trouble: feminism and the subversion of identity* (1990); ela nega a existência de uma única identidade capaz de abrigar todos os corpos passíveis de serem classificados como femininos.

Gênero, nesse sentido, não é uma categoria fixa e pré-discursiva; ele se constrói por meio de atos repetidos e estilizados pelo sujeito generificado, constituindo uma complexidade aberta, jamais plenamente exibida em qualquer situação. Utilizando os termos de Butler, o gênero seria um aparato, ou uma matriz de inteligibilidade cultural.

O caráter performático do gênero, presente na obra de Butler (1990) e Rose (1993), considera a não-linearidade dos indicadores sexo, gênero e desejo, capazes de formar uma complexidade permanentemente aberta pelo movimento da vivência cotidiana, atrelada ao tempo e ao espaço. Existem múltiplas combinações possíveis para as variáveis sexo, gênero e desejo em diversos tempos e espaços específicos, e elas podem ser amplas ou estritas. Há corpos biologicamente

categorizados como mulheres que podem desenvolver uma identidade de gênero masculina e ainda desejar outros corpos tanto masculinos como femininos. São estas combinações possíveis que desestabilizam as fronteiras rígidas da heterossexualidade e que subvertem a lógica naturalizante das construções identitárias baseadas nos polos hierarquicamente estabelecidos entre o masculino e o feminino.

O rompimento com a matriz binária e oposicional do gênero também refletiu nos conceitos fundamentais da geografia, como espaço e território, para além de suas concepções androcêntricas. As abordagens masculinas do território levam em consideração as relações de poder mediadas pelo espaço em que o conquistador ergue fronteiras para a proteção de si e a exclusão dos outros, evidenciando o ponto de vista do conquistador como universal e atentando apenas para a configuração colonizador/colonizado ou *insider/outsider*.

Sob a perspectiva de Rose (1993), no território do conquistador há também o conquistado, que não é passivo, que coloca em ação sua força de resistência e dá sentido ao poder exercido, gerando uma relação simultaneamente contraditória/complementar de dependência, já que a prática do poder só se justifica pela ação que resiste a ele. Esta perspectiva nega a visão simplista e oposicional *insider/outsider*, e ela é potencial para se construir a visibilidade de grupos não hegemônicos, já que rompe com a visão universal do poder.

A universalidade do poder do conquistador na constituição de territórios é uma estratégia que tem como finalidade negar a existência de fragmentações e diferenciações internas com o intuito de tornar invisíveis e neutralizar as forças que possam desestabilizar a ordem e contestar o território estabelecido.

O espaço da geografia paradoxal considera a multiplicidade de identidades dos seres, contemplando aspectos de plurilocalidade dos seres humanos que fazem parte da análise, assim como as múltiplas dimensões que se configuram com o acionamento das identidades tensionadas, numa relação contraditória e complementar, entre “nós” (considerados centro da configuração) e os “outros” (considerados margem da configuração).

Imaginemos um grupo de pessoas constituído de homens brancos, autoidentificados como gays, com alta renda, alto grau de escolaridade, e que professam a fé católica. Qualquer dimensão adotada como parâmetro de análise pode colocar esse grupo em uma localização diferenciada entre centro e margem da configuração espacial, dependendo de com que outro grupo essas pessoas estão sendo confrontadas, da dimensão identitária a ser acionada e do espaço que compõe a configuração.

Em uma situação em que esse grupo seja confrontado com um grupo de negros de baixa renda em um *shopping center*, ele pode facilmente assumir o centro da configuração, a partir de um estereótipo racial clássico. Entretanto, numa outra dimensão em que esteja em jogo um elemento do poder da masculinidade heterossexual, num espaço público, por exemplo, esse mesmo grupo, antes central, pode constituir a margem da configuração.

É necessário considerar que essas posições não são fixas; elas estão sempre tensionadas pelos dois polos da configuração social/espacial (centro/margem) e podem mudar de posição, de modo que constituem um processo sempre em transformação. Assim, é o movimento permanente e múltiplo que pode provocar uma desestabilização da configuração estabelecida e gerar uma nova posição.

O espaço paradoxal (ROSE, 1993) é complexo, envolve variadas articulações e dimensões e se constitui em uma interessante construção teórica e metodológica na geografia. Qualquer pessoa não pode ser concebida apenas como constituindo um gênero, mas também a sexualidade, a raça, a religião e a classe social, que são vivenciadas espacialmente e temporalmente. As diferentes facetas identitárias são construídas e reconstruídas por meio de um processo de mutualidade e reconhecimento, envolvendo os seres humanos em relação a outros seres.

É claro que todos os elementos identitários enumerados são experienciados simultaneamente pelas pessoas. Contudo, é na vivência de suas espacialidades e temporalidades que um ou outro elemento torna-se mais expressivo e tensionado com outros grupos também complexos. No exemplo apresentado anteriormente, envolvendo grupos de homens com diferentes características raciais e sexuais, os confrontos deflagrados em diferentes espacialidades e envolvendo determinada faceta identitária reposicionaram sua situação entre centro e margem da configuração. Tais reposicionamentos entre centro e margem geram fissuras nas estruturas de poder, subvertendo a pretensa ordem universal estabelecida. Subverter, portanto, não é transgredir, não é ultrapassar totalmente uma situação, mas tornar a vida possível e conquistar terreno e visibilidade nas estruturas sociais, apesar do poder que oprime.

Qualquer posição de pessoas ou grupos envolvendo distintas facetas identitárias deve ser imaginada tanto pelos múltiplos espaços sociais como pelos polos de cada dimensão. Assim, centro e margem, dependendo do recorte de elementos que estão tensionados, constituem configurações diferentes. É importante entender que existem pluralidades de masculinidades tanto quanto existem pluralidades de feminilidades e que estas não se configuram como blocos homogêneos;

pelo contrário, elas são construídas por significações repetidas na ação, e toda ação é passível de variação.

Outro ponto importante da obra de Gillian Rose, que baseia as práticas de pesquisa do Grupo de Estudos Territoriais, é o envolvimento das perspectivas de posicionalidade e reflexibilidade da(o) pesquisador(a) em relação à produção do conhecimento. O que se obtém num processo investigativo marcado pela posicionalidade é resultado de condicionamentos recíprocos entre vários elementos que produzem o saber. O conhecimento produzido é fruto de uma situação específica em que se reúnem as motivações dos(as) sujeitos(as) que se expressam posicionados(as) de um determinado ponto de vista e as do(a) intérprete posicionado(a) de um outro. A versão possível de ser produzida com base em uma dada realidade é sempre parcial, já que ela é expressa a partir de alguém sempre posicionado em relação ao “outro”, investigado, que, ao mesmo tempo, produz também efeitos e realimenta a realidade investigada.

Assim, a autora chama a atenção para a necessidade de se compreender que uma investigação científica se dá num processo de conhecimento permeado por relações de poder que são produtos de posicionamentos que geram capacidades diferenciadas na produção de uma determinada versão da realidade, e, nesse sentido, o próprio conhecimento também produz as hierarquias nas quais os sujeitos estão posicionados. Refletir sobre os atos investigativos na produção de versões da realidade, que também produzem a própria realidade, requer uma atitude ética e um claro compromisso político que implica pensar que os nossos resultados de pesquisa acabam por compor a própria realidade investigada. Afinal, como nos diz Rose (1997), o imaginário mundo das ideias é real e o real é também imaginado.

As ideias discutidas por Gillian Rose (1997) em “Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics” ultrapassam os meros posicionamentos metodológicos de construção do conhecimento científico. Elas são argumentos firmes de que a realidade socioespacial também se constrói a partir das relações de poder que se fundam nos enunciados científicos e na posição de quem os pronuncia. Nesse sentido, é muito importante atentar para a versão da realidade que uma determinada investigação se propõe produzir, bem como saber a partir de que ponto de vista ela é formulada. Partindo da ideia de que a realidade é pluriversal e que os saberes jogam num campo de forças no qual se produz o invisível, o indizível, o ausente e o silêncio, os saberes produzidos pela ciência podem reforçar dominações ou então subverter a ordem estabelecida, dando voz aos sujeitos silenciados pela ciência hegemônica.

É a partir destas posições que a autora adota uma postura desconstrucionista da ciência geográfica. Para ela, esta é a única forma de garantir a produção de uma geografia feminista a partir do ponto de vista feminino dentro de um campo de saber hegemonicamente masculino. Na perspectiva desta geógrafa, o padrão de gênero instituído é mantido pela força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas. Baseada na teoria foucaultiana, Rose sustenta que o exercício deste poder, como também de todo poder, é relativo, e que ocorrem fissuras através das quais se pode transgredir o padrão instituído, por meio de táticas desconstrucionistas à ordem estabelecida.

Este ensaio constitui uma reflexão sobre a invisibilidade da perspectiva de gênero na geografia brasileira. A análise evidencia a recente feminização da carreira docente e de pesquisa na área de geografia nas instituições de ensino superior. Apesar disso, a geografia brasileira permanece impermeável às abordagens de gênero.

As respostas a esta situação foram encontradas na análise de um sistema de dominação que funciona cotidianamente nas organizações legais e institucionais, controladas pela ótica masculina, que opera premissas científicas geográficas carregadas de elementos estruturais que funcionam como critério de seleção daquilo que é concebido como saber científico significativo para a geografia brasileira. As bases eurocêntricas, a permanência de sujeitos universais e o apego à expressão material do espaço são os elementos fundantes da impermeabilidade da perspectiva de gênero na geografia.

Contudo, isso não quer dizer que as mulheres, embora invisíveis no discurso científico geográfico brasileiro, não tenham uma existência espacial. O fato de a geografia não incorporar os temas femininos e o conceito de gênero como instrumento analítico não significa que eles sejam impróprios para o campo científico. O mundo não está loteado para ser explorado por campos científicos próprios; pelo contrário, foi a ciência a responsável pelas divisões do saber da realidade em áreas específicas.

Assim, qualquer fenômeno social é passível de ser analisado geograficamente, e os fatores que inibem a visibilidade de determinadas abordagens dentro de um campo de saber são a incapacidade das pessoas de ultrapassar os limites da segurança do pré-estabelecido, a repetitiva aplicação de “técnicas” e, ainda, a mera operacionalização de conceitos. A geografia brasileira deve lembrar que um objeto de pesquisa é aquele que objeta, contrapõe e intensifica a dialética entre uma problemática teórica e a experiência desenvolvida em função de uma “questão” relativa a um dado aspecto da realidade.

Mais do que silenciar, desmerecer ou tornar ausentes certos fenômenos sociais do discurso geográfico, como é o caso das abordagens de gênero, sexualidades ou raça, justificando que elas não são pertencentes ao campo científico, se faz necessário estar alerta quando a realidade socioespacial nega ou supera nossas teorias e revela a fragilidade de nossas bases conceituais e metodológicas. É dessa forma que avançamos no conhecimento científico geográfico e conquistamos mérito acadêmico frente às demais ciências sociais. Portanto, refletir sobre o conhecimento do conhecimento geográfico e sobre as relações interdependentes de elementos estruturais e organizacionais que erguem barreiras à disseminação das análises de gênero na geografia brasileira pode ser o começo do fortalecimento de uma fértil e instigante perspectiva de análise espacial.

Referências

- ALMEIDA, Roberto Schmidt. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (Eds.). ENCONTRO DE FILOSOFIA E HISTÓRIA DA CIÊNCIA NO CONE SUL, 3., 2004, Campinas. *Anais...* AFHIC, p. 410-415.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. London: Routledge, 1990.
- CAPEL, Horacio. *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1982.
- FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A cátedra e o departamento nas universidades brasileiras*. Disponível em: www.historia.fcs.ufr.ac.cr/. Acesso em: 28/1/2009.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- KANT, Emmanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Campinas: Papyrus, 1993.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais, saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLASCO, 2005. p. 21-54.
- LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.
- LOPES, Maria Margarete. *Gênero e ciência no país: exceção à regra?* Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/13.shtml>. Acesso em: 15/12/2008.
- MACHADO, Mônica Sampaio. A historiografia da geografia na Universidade do Distrito Federal 1935-1939. ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 10., 2002, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, p. 1-11.
- MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa.

- Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.
- _____. Departamento de geografia: linhas de pesquisa. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, p. 359-364, 1994.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Sintra, Portugal: Europa-América, 1996.
- OLIVEIRA, Zuleica Lopes C. de; VIANNA, Marli Ciriaco S. Trabalho feminino e a situação familiar da mulher nas áreas metropolitanas de SP, RJ, Porto Alegre e Recife. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 2, p. 5-48, 1988.
- ROSE, Gillian. *Feminism & geography: the limits of geographical knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.
- _____. Situating knowledges: positionality, reflexivity and other tactics. *Progress in Human Geography*, v. 21, n. 3, p. 305-320, 1997.
- ROSSINI, Rosa Ester. As geografias da modernidade – geografia e gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo de Ribeirão Preto (SP). *Revista do Departamento de Geografia da USP*, n. 12, p. 7-26, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. *Geosul*, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007a.
- _____. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. *Espaço e Cultura*, n. 22, p. 97-109, 2007b.
- SILVA, Susana M. Veleda da; LAN, Diana. Geography and gender studies: the situation in Brazil and Argentina. *Belgeo*, n. 3, p. 371-382, 2007.
- SOARES, Thereza Amélia. Mulheres em ciência e tecnologia: Ascensão limitada. *Química Nova*, v. 24, n. 2, p. 281-285, 2001.
- SORJ, Bila. *O estigma das feministas*. Disponível em: http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=_ES&inoid=1854&sid=108. Acesso em: 20/7/2008.